

30 05 22

JUCESP PROTOCOLO
0.566.556/22-4



GREEN4T SOLUÇÕES TI

CNPJ/ME: 03.698.620/0001-34

NIRE: 35.216.178.702

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados e assim qualificados:

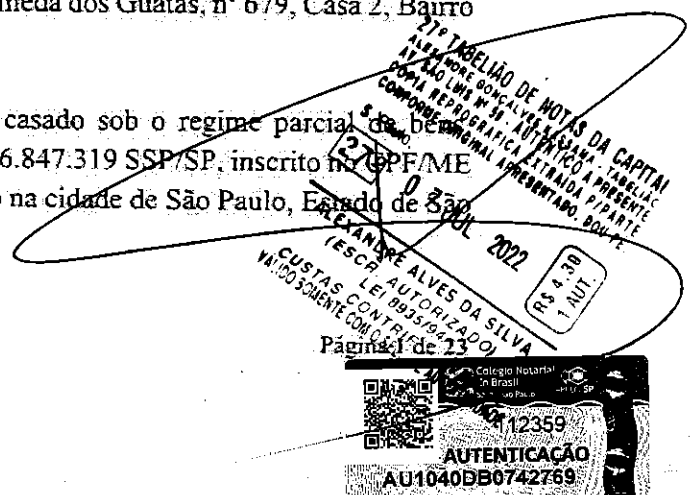
I. **GREEN4T PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 24º andar, Cj. 241 (Parte), Sala 08, Cidade Monções, CEP 04576-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 26.210.970/0001-05, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.516.974 ("Green4T Participações"), neste ato representada por seus administradores Srs. **Eduardo Casasanta Marini** e **Vaner Benedito Soares da Silva**, ambos abaixo qualificados;

II. **ANTÔNIO DONIZETE LOPES BOB**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 085.329.288-46, portador da Carteira Nacional de Habilitação CNH nº 01149525872 - Detran-SP, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tuim, nº 554, apto. nº 241, Vila Uberabinha, CEP 04514-102 ("Antônio");

III. **EDUARDO CASASANTA MARINI**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, inscrito no CPF/ME sob nº 043.355.796-67, portador do RG nº 12.261.923 SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gabriele D'Annunzio, nº 824, apto. nº 27V, Campo Belo, CEP 04619-003 ("Eduardo");

IV. **ROGERIO TAKASHI FUJIMOTO**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 25.622.574-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 213.026.138-80, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Guatás, nº 679, Casa 2, Bairro Saúde, CEP 04053-042 ("Rogerio"); e

V. **MÁRCIO JOSE MARTIN**, brasileiro, casado sob o regime parcial de bens, tecnólogo, portador da Cédula de Identidade nº 26.847.319 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 180.275.368-04, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;



30 05 22

Paulo, na Rua Dr. Celso Dario Guimarães, nº 201, Casa 3, Morumbi, CEP 05655 030 ("Márcio").

Na qualidade de únicos sócios da **GREEN4T SOLUÇÕES TI LTDA.**, sociedade empresária limitada devidamente constituída de acordo com as leis do Brasil, com sede na Avenida Paulista, nº 37, Sala 434, Bela Vista, CEP 01311-902, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.698.620/0001-34 e com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35.216.178.702 ("Sociedade").

RESOLVEM, de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar o contrato social da Sociedade, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas.

1. TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

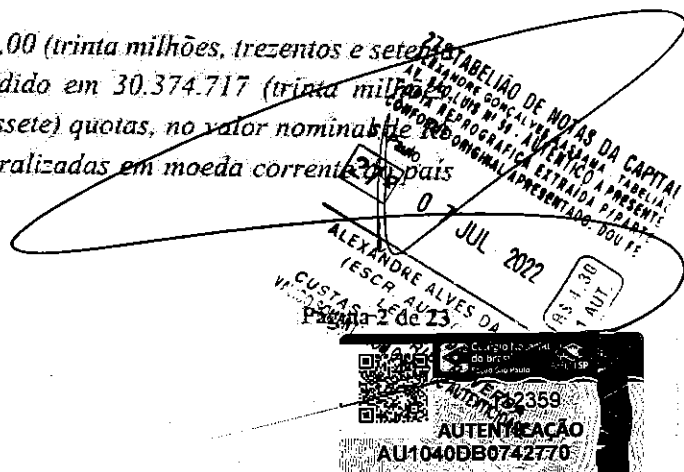
1.1. Os sócios Antônio, Eduardo, Rogerio e Márcio, acima qualificados, cada um titular de 1 (uma) quota representativa do capital social da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, neste ato, transferem, de forma irrevogável e irrevogável, a totalidade de suas quotas detidas no capital social da Sociedade, totalmente subscritas e integralizadas, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus e/ou gravames e com todos os direitos e prerrogativas inerentes a tais quotas, para a Green4T Participações, acima qualificada, que desta forma passa a ser a única sócia da Sociedade, para todos os fins de direito.

1.2. Em razão da transferência da totalidade das quotas da Sociedade detidas pelos sócios Antônio, Eduardo, Rogerio e Márcio, os referidos sócios retiram-se da Sociedade.

1.3. Antônio, Eduardo, Rogerio, Márcio e Green4T Participações, neste ato, outorgam-se mutuamente a mais ampla, plena, rasa, irrevogável e irrevogável quitação com relação a transferência de quotas deliberada nos termos dos itens 1.1 e 1.2 acima, para nada mais reclamarem ou exigirem uma da outra a qualquer título e a qualquer tempo.

1.4. Em virtude das deliberações contidas nos itens 1.1 e 1.2 acima, a Cláusula 5ª do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"Cláusula 5ª - O capital social é de R\$30.374.717,00 (trinta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e dezessete reais), dividido em 30.374.717 (trinta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e dezessete) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente de Brasil, pela sócia Green4T Participações S.A."



20 05 22

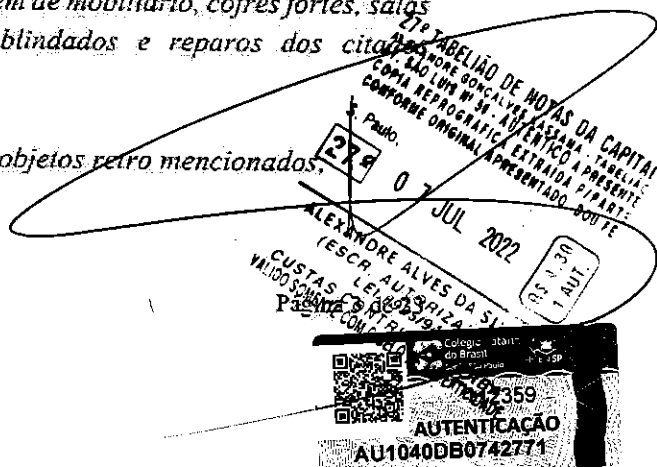
2. ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

2.1. A única sócia resolve alterar o objeto social da Sociedade, com a finalidade de incluir as seguintes atividades: (i) consultoria em tecnologia da informação; (ii) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (iii) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; e (iv) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet.

2.2. Em virtude da deliberação 2.1 acima, a Cláusula 3ª do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"Cláusula 3ª - A Sociedade tem por objeto social:

- a) O comércio, a exportação de móveis, produtos metalúrgicos, cofres, salas cofres, salas e compartimentos de segurança, estantes corrediças tipo deslizantes, suprimentos para escritórios e instrumentação de equipamentos de sistemas de controle de acessos e supervisão predial, monitoramento, detecção e combate a incêndio;*
- b) O comércio, a exportação de equipamentos e acessórios de informática, bem como sistemas (software) e programas, e, ainda, bens acessórios à instalação e utilização daqueles;*
- c) A representação comercial, por conta própria ou de terceiros, bem como a revenda e distribuição dos produtos descritos nos itens "a" e "b" acima;*
- d) A prestação de serviços de consultoria e elaboração de plantas, bem como especificações e projetos de arquitetura, construção civil, instalações de sistemas de energia, climatização, refrigeração, comunicação e segurança física e eletrônica para ambientes de atividade comerciais e industriais, inclusive na área de informática e, ainda, a execução desses projetos com o fornecimento ou não de todos os insumos necessários para a consecução das atividades aqui previstas;*
- e) A execução de projetos de construção civil de pequeno porte, inclusive montagem e construção de estrutura em geral e metálica, montagem de mobiliário, cofres fortes, salas cofres, produtos de segurança, compartimentos blindados e reparos dos citados produtos;*
- f) A locação de bens e serviços relacionados com os objetos retro mencionados;*



30 05 22

- g) A participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista;
- h) Prestação de serviços de consultoria, administração e gerenciamento com fornecimento ou não de equipamentos e insumos ligados ao objeto social;
- i) Comercialização de soluções para microfilmagem, digitalização, terceirização de documentos, guarda, transporte e organização de arquivos;
- j) Prestação de serviços de montagem, manutenção, assistência técnica, garantia estendida, com fornecimento ou não de equipamentos e insumos para consecução das atividades, inclusive a manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral;
- k) Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos de informática;
- l) A consultoria em tecnologia da informação;
- m) O suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;
- n) O tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; e
- o) Prestação de serviços para portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet."

3. TRANSFORMAÇÃO DE TIPO SOCIETÁRIO

3.1. A sócia aprova a transformação do tipo jurídico da Sociedade de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, a fim de melhor atender às necessidades da Sociedade, a qual passará a ser regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e permanecerá titular de seus direitos e obrigações, sem modificação dos direitos dos seus eventuais credores, conforme o disposto no caput do artigo 1.115 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

3.2. Em razão da transformação, a Sociedade passará a ser denominada "GREEN4T SOLUÇÕES TI S.A.", preservando o endereço de sua sede social, prazo de duração e seu objeto social.

3.3. Em razão da transformação, a única sócia passa a integrar o quadro societário da Sociedade na qualidade de Acionista.



30 05 22

4. CONVERSÃO DO CAPITAL SOCIAL

4.1. Aprovar a conversão da totalidade das 30.374.717 (trinta milhões, trezentas e setenta e quatro mil, setecentas e dezessete) quotas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, em que se divide o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, no valor de R\$30.374.717,00 (trinta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e dezessete reais), em 30.374.717 (trinta milhões, trezentas e setenta e quatro mil, setecentas e dezessete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, atribuindo-se uma ação para cada quota anteriormente detida no capital da Sociedade, o qual permanecerá inalterado.

5. ADMINISTRAÇÃO

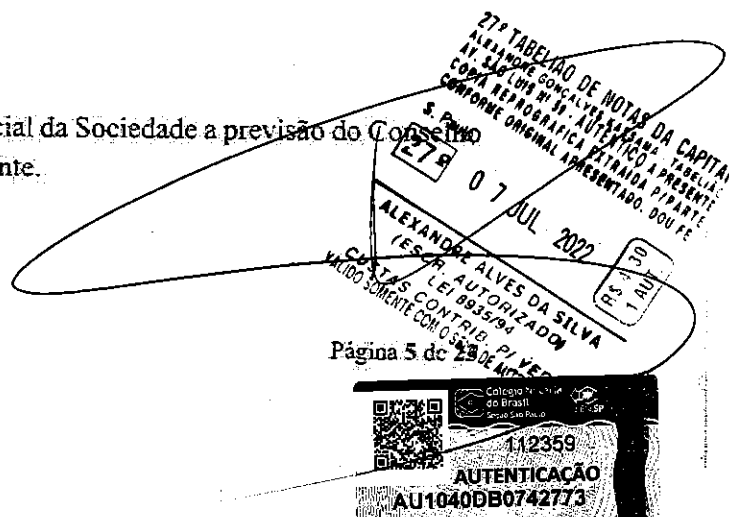
5.1. A administração da Sociedade competirá à Diretoria, a qual será composta por até 4 (quatro) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral de Acionistas, com mandato unificado de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

5.2. Para compor a Diretoria, a Acionista elege os seguintes membros, conforme acima qualificados, com mandato unificado de 3 (três) anos a contar da presente data, sendo permitida a reeleição: (i) Antônio Donizete Lopes Bob; (ii) Rogerio Takashi Fujimoto; e (iii) Márcio Jose Martin.

5.3. Os membros da Diretoria ora eleitos aceitaram os cargos para os quais foram reeleitos, declarando expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem a administração de sociedades, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Dessa forma, os membros da Diretoria ora eleitos tomam posse em seus cargos, mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse, conforme Anexo I, lavrados no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia.

6. CONSELHO FISCAL

6.1. Decide a acionista incluir no Estatuto Social da Sociedade a previsão do Conselho Fiscal, que não terá seu funcionamento permanente.



30 05 22

(Página de Assinaturas do Instrumento Particular da 21ª Alteração Contratual da
Green4T Soluções TI Ltda., celebrado em 31 de março de 2022)

DocuSigned by:
Eduardo Casasanta Marini
DU:8197125889C8
EDUARDO CASASANTA MARINI

DocuSigned by:
ANTONIO DONIZETE LOPES BOB
3FED48C1938467
ANTÔNIO DONIZETE LOPES BOB

DocuSigned by:
Rogério Takashi Fujimoto
F42A1603E384F3
ROGERIO TAKASHI FUJIMOTO

DocuSigned by:
Márcio Jose Martin
711C1100C3D0AA
MARCIO JOSE MARTIN

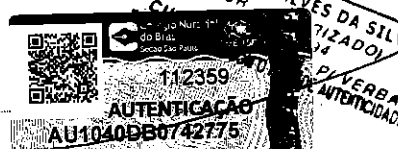
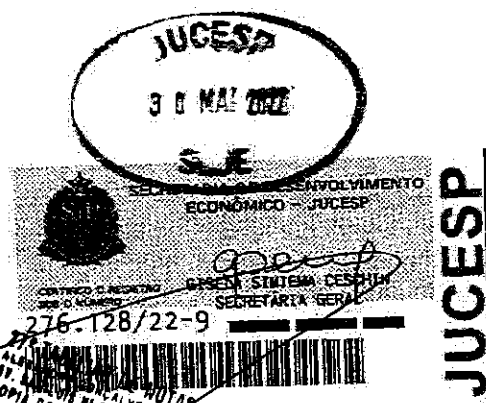
GREEN4T PARTICIPAÇÕES S.A.

DocuSigned by:
Eduardo Casasanta Marini
DU:8197125889C8
Por: Eduardo Casasanta Marini
Cargo: Diretor

DocuSigned by:
Vaner Benedito Soares da Silva
87CF431386C464
Por: Vaner Benedito Soares da Silva
Cargo: Diretor

Advogado responsável:

DocuSigned by:
André Bertella
5E0E2232350498
André de Cezare Bertella
OAB/SP: 378.551



276-128/22-9
07 JUL 2022
ALEXANDRE ALVES DA SILVA
TIZADO
PÁGINA 7 de 23

30 05 22

(Anexo II do Instrumento Particular da 21ª Alteração Contratual da Green4T Soluções TI Ltda., celebrado em 31 de março de 2022)

**ESTATUTO SOCIAL DA
GREEN4T SOLUÇÕES TI S.A.**
CNPJ/ME nº 03.698.620/0001-34

**CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

Artigo 1º. A GREEN4T SOLUÇÕES TI S.A. ("Companhia") é constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e será regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

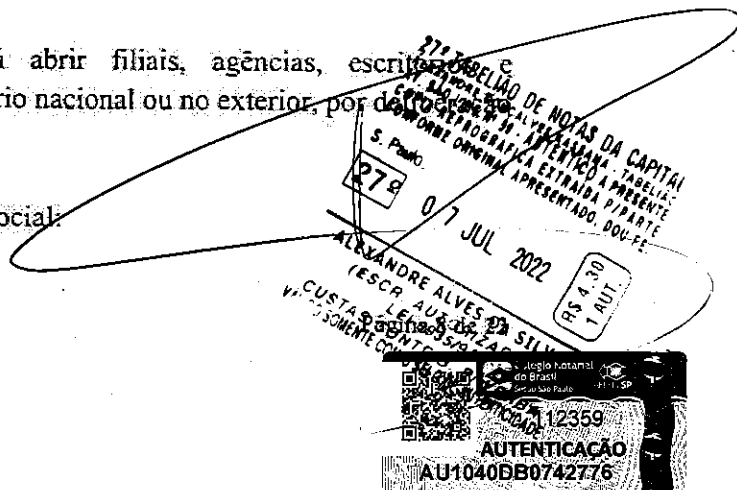
Parágrafo Único: A Companhia poderá adotar o nome fantasia "**GREEN4T**".

Artigo 2º. A Companhia tem sua sede social e foro legal na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 37, sala 434, Paraíso, CEP 01311-902, e filiais:

- (i) na Avenida Fábio Eduardo Ramos Esquivel, nº 2.100, Galpão C, Canhema, Cidade de Diadema, Estado de São Paulo, CEP 09941-202;
- (ii) na SHCS Setor de Habitações Coletivas Sul, CR Comércio Residencial, Quadra 515, Bloco C, loja 39, Asa Sul, cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP 70381-530;
- (iii) na Avenida Almirante Baltazar, nº 333, Loja A, São Cristóvão, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20941-150; e
- (iv) na Avenida Gupê, nº 10.767, Galpão 3, Jardim Belval, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06422-120.

Parágrafo Único: A Companhia poderá abrir filiais, agências, escritórios, estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por decisão da Diretoria.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social:



30 05 22

- (i) O comércio, a exportação de móveis, produtos metalúrgicos, cofres, salas cofres, salas e compartimentos de segurança, estantes corrediças tipo deslizantes, suprimentos para escritórios e instrumentação de equipamentos de sistemas de controle de acessos e supervisão predial, monitoramento, detecção e combate a incêndio;
- (ii) O comércio, a exportação de equipamentos e acessórios de informática, bem como sistemas (software) e programas, e, ainda, bens acessórios à instalação e utilização daqueles;
- (iii) A representação comercial, por conta própria ou de terceiros, bem como a revenda e distribuição dos produtos descritos nos itens "i" e "ii" acima;
- (iv) A prestação de serviços de consultoria e elaboração de plantas, bem como especificações e projetos de arquitetura, construção civil, instalações de sistemas de energia, climatização, refrigeração, comunicação e segurança física e eletrônica para ambientes de atividade comerciais e industriais, inclusive na área de informática, e, ainda, a execução desses projetos com o fornecimento ou não de todos os insumos necessários para a consecução das atividades aqui previstas;
- (v) A execução de projetos de construção civil de pequeno porte, inclusive montagem e construção de estrutura em geral e metálica, montagem de mobiliário, cofres fortes, salas cofres, produtos de segurança, compartimentos blindados e reparos dos citados produtos;
- (vi) A locação de bens e serviços relacionados com os objetos retro mencionados;
- (vii) A participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista;
- (viii) Prestação de serviços de consultoria, administração e gerenciamento com fornecimento ou não de equipamentos e insumos ligados ao objeto social;
- (ix) Comercialização de soluções para microfilmagem, digitalização, terceirização de documentos, guarda, transporte e organização de arquivos,
- (x) Prestação de serviços de montagem, manutenção, assistência técnica, estendida, com fornecimento ou não de equipamentos e insumos para consecução das atividades, inclusive a manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral;



30 05 20

- (xi) Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos de informática;
- (xii) A consultoria em tecnologia da informação;
- (xiii) O suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;
- (xiv) O tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; e
- (xv) Prestação de serviço para portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$30.374.717,00 (trinta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e dezessete reais), dividido em 30.374.717 (trinta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, setecentas e dezessete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

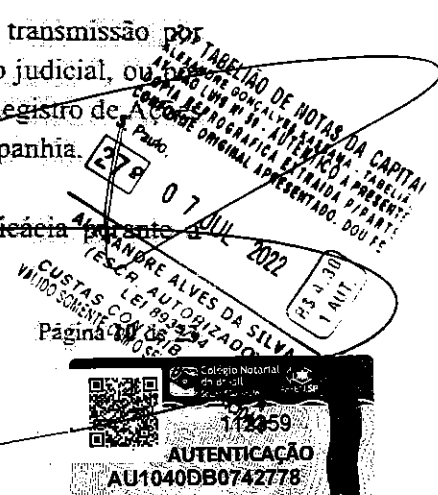
Parágrafo 1º. As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio ou da comunhão.

Parágrafo 2º. A titularidade das ações de emissão da Companhia presume-se pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas" da Companhia.

Parágrafo 3º. A transferência das ações nominativas de emissão da Companhia opera-se por termo lavrado no livro de "Transferência de Ações Nominativas" da Companhia, datado e assinado pelo cedente e pelo cessionário, ou seus legítimos representantes.

Parágrafo 4º. A transferência das ações nominativas em virtude de transmissão por sucessão universal ou legado, de arrematação, adjudicação ou outro ato judicial, ou qualquer outro título, somente se fará mediante averbação no livro de "Registro de Ações Nominativas", à vista de documento hábil, que ficará em poder da Companhia.

Parágrafo 5º. Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia sem a averbação no livro de "Registro de Ações Nominativas".



30 05 22

Companhia ou quaisquer terceiros, nem será reconhecida no livro de "Registro de Ações Nominativas" e no livro de "Transferência de Ações Nominativas" da Companhia, se levada a efeito em violação ao presente Estatuto Social ou a Acordos de Acionistas firmados pelos acionistas da Companhia e devidamente arquivados na sede social.

Parágrafo 6º. É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia.

Parágrafo 7º. Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de ações a serem emitidas em aumentos de capital proporcionalmente ao número de ações que possuírem, nos termos do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se de outra forma aprovado pelos acionistas da Companhia, pelo menos 90% (noventa por cento) do preço de emissão de novas ações emitidas pela Companhia deverá ser destinado à conta de reserva de capital da Companhia, destinando-se o valor do preço de emissão remanescente à formação do capital social da Companhia, conforme alínea "a", parágrafo primeiro, do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 6º. A Assembleia Geral dos acionistas reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, este Estatuto Social e/ou a legislação aplicável assim exigirem.

Parágrafo 1º. As Assembleias Gerais deverão ser realizadas durante o horário comercial, na sede da Companhia, salvo se de outra forma acordado entre os acionistas.

Parágrafo 2º. As Assembleias Gerais serão convocadas, tanto em primeira quanto em segunda convocação, seguindo as competências e as formalidades de publicação e divulgação dispostas na Lei das Sociedades por Ações. Uma cópia dos respectivos editais deverá ser encaminhada, por correio eletrônico (*e-mail*), a todos os acionistas, do qual deverá constar, também, o número de conexão (*dial-in*) para que os acionistas possam optar por participar por meio de conferência telefônica ou videoconferência, conforme aplicável.

Parágrafo 3º. Ficarão dispensadas as formalidades de convocação aqui previstas para as Assembleias Gerais a que comparecerem todos os acionistas, as quais serão consideradas regulares e validamente instaladas.



30 05 22

Artigo 7º. Exceto se maior quórum for estabelecido em lei ou neste Estatuto Social, as Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas detentores de direitos de voto em número suficiente para aprovação das matérias objeto da ordem do dia e, em segunda convocação, com a presença de acionistas que representem qualquer percentual de participação no capital social da Companhia.

Parágrafo 1º. As Assembleias Gerais serão presididas por quaisquer membros da Diretoria ou por quem estes vierem a indicar, e, na ausência de membros da Diretoria e da pessoa por eles indicada, os acionistas presentes na Assembleia Geral indicarão, por maioria de votos dos acionistas presentes, quem será o presidente da respectiva assembleia. O presidente da assembleia deverá nomear um dos presentes para atuar na qualidade de secretário, sendo que a mesa será responsável por anotar as discussões e deliberações em atas.

Parágrafo 2º. Qualquer acionista poderá participar das Assembleias Gerais pessoalmente ou por meio de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a identificação dos participantes e sua interação em tempo real, sendo que tal participação será considerada como se o acionista estivesse pessoalmente presente na Assembleia Geral.

Parágrafo 3º. Os acionistas que participarem remotamente da Assembleia Geral deverão confirmar seus votos por correio eletrônico (*e-mail*) enviado ao presidente da Assembleia Geral na data da assembleia. Em seguida, referidos acionistas deverão assinar as respectivas atas e entregá-las à Companhia dentro de 15 (quinze) dias contados da data de seu recebimento.

Artigo 8º. Exceto se maior quórum for estabelecido em lei ou neste Estatuto Social, as deliberações em Assembleia Geral serão aprovadas pelo voto favorável da maioria simples dos acionistas presentes à Assembleia Geral (i.e., acionistas titulares de ações da Companhia representativas de 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto presentes à Assembleia Geral, *mais* 1 (uma) ação com direito a voto presente à Assembleia Geral), não se computando votos em branco, nos termos do artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 9º. Nenhum acionista ou administrador da Companhia poderá intervir, votar em deliberações relacionados a qualquer operação em que tal acionista ou administrador e/ou suas respectivas partes relacionados tiverem interesses conflitantes com o da Companhia e/ou de suas subsidiárias e controladas, devendo, neste caso, manifestar previamente o seu conflito ou impedimento, tudo de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Página 12 de 23

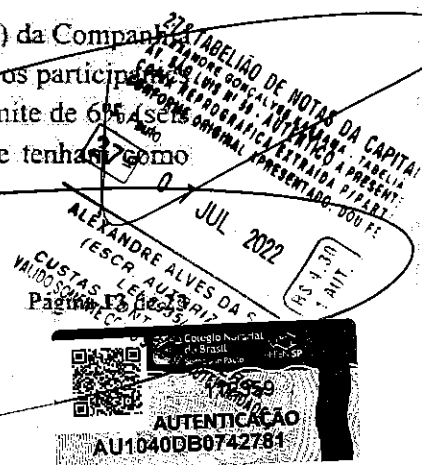


30 08 22

Artigo 10º. Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, e observados os quóruns de aprovação estabelecidos na legislação vigente e neste Estatuto Social, compete à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias previstas neste Artigo, conforme disposto nos Parágrafos abaixo.

Parágrafo 1º. A aprovação das matérias abaixo arroladas exigirá o voto favorável de acionistas titulares de ações da Companhia representativas de 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, reunidos em Assembleia Geral:

- (i) alteração do Estatuto Social da Companhia que implique (a) na modificação das regras de composição, convocação, funcionamento e/ou competência da Diretoria ou da Assembleia Geral; (b) na modificação do dividendo mínimo obrigatório ou da política de distribuição de dividendos; e/ou (c) na alteração substancial do objeto social da Companhia e/ou de suas subsidiárias e controladas, sendo certo que não serão consideradas relevantes (e, portanto, não dependerão de aprovação da unanimidade na forma deste Parágrafo 1º) as modificações para incluir atividades complementares ou correlatas às atividades já contempladas no objeto social da Companhia ou da subsidiária ou controlada em questão;
- (ii) alteração das características, direitos e/ou vantagens de uma ou mais classes de ações de emissão da Companhia e/ou criação e emissão de ações preferenciais pela Companhia;
- (iii) resgate de qualquer classe ou espécie de ação de emissão da Companhia;
- (iv) conversão de ações de emissão da Companhia em outras classes ou espécies de ações;
- (v) transformação do tipo societário da Companhia;
- (vi) dissolução ou liquidação da Companhia, nomeação e destituição de liquidantes, cessação do estado de liquidação da Companhia e/ou apresentação de pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou de autofalência da Companhia; e
- (vii) aprovação de planos de opção de compra de ações (*stock options*) da Companhia e/ou de suas subsidiárias ou controladas cujas opções conferem aos participantes direitos de aquisição sobre um número de ações que exceda o limite de 6% (seis por cento) do total de ações de emissão da Companhia ou que tenham como beneficiários qualquer um dos acionistas.



30 05 22

Parágrafo 2º. A aprovação das matérias abaixo arroladas exigirá o voto favorável de acionistas titulares de ações da Companhia representativas de 70% (setenta por cento) do capital social votante da Companhia, reunidos em Assembleia Geral:

- (i) aumento do capital social ou emissão de novas ações da Companhia;
- (ii) redução do capital social da Companhia;
- (iii) realização de qualquer operação de cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou combinação de negócios similares envolvendo a Companhia e/ou seus ativos relevantes de um lado, e quaisquer terceiros, do outro lado;
- (iv) amortização, recompra, grupamento ou desdobramento de ações de emissão da Companhia; e
- (v) abertura de capital da Companhia e/ou listagem de seus valores mobiliários em qualquer bolsa de valores, segmento de listagem e/ou mercado de balcão organizado.

Parágrafo 3º. A aprovação das matérias abaixo arroladas exigirá o voto favorável de acionistas titulares de ações da Companhia representativas de 50% (cinquenta por cento) do capital social votante da Companhia, reunidos em Assembleia Geral:

- (i) realização de operações de cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou combinação de negócios similares que envolvam somente a Companhia e suas subsidiárias e/ou controladas, e que ultrapassem, por meio da realização de uma ou mais operações sucessivas, valores superiores a R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais);
- (ii) cancelamento de ações da Companhia mantidas em tesouraria;
- (iii) distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pela Companhia, exceto pela distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, que poderá ser realizada mediante aprovação da Diretoria, observado o disposto no Estatuto Social; e
- (iv) aprovação de planos de opção de compra de ações (stock options) da Companhia e/ou de suas subsidiárias e controladas, cujas opções confirmam aos participantes

disposto nestas

(S) da Companhia

aos participantes

ALEXANDRE ALVES DA SILVA
LEI 893/04
CUSTAS AUTORIZADO
VALIDO SOMENTE CONTRA

Página 14 de 24



JUL 27
30 05 22

direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda o limite de 6% (seis por cento) do total de ações de emissão da Companhia.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 11º. A administração da Companhia compete à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e por este Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia ou caução para o exercício de suas funções.

Parágrafo 1º. Todos os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, prestando as informações exigidas por lei, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus respectivos sucessores.

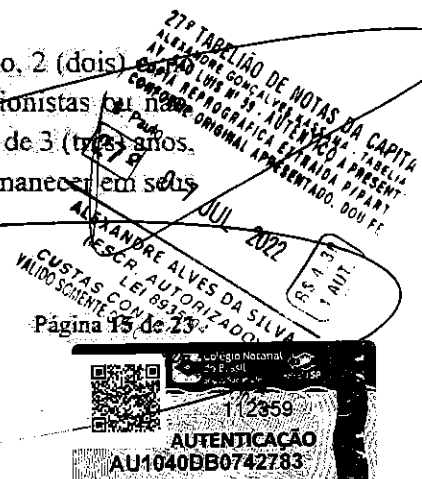
Parágrafo 2º. A Assembleia Geral de acionistas deverá estabelecer a remuneração global anual dos administradores, cabendo à Diretoria deliberar a respeito de sua distribuição entre seus membros, observados os quóruns de deliberação aplicáveis previstos neste Estatuto Social.

Parágrafo 3º. Pelo exercício de suas atribuições, os administradores poderão fazer jus a um *pró-labore* mensal, a ser fixado por deliberação unânime dos acionistas, não necessariamente realizada em Assembleia Geral, desde que feita através de resolução por escrito.

SEÇÃO II DIRETORIA

Artigo 12º. A Diretoria é o órgão de gestão e de representação da Companhia, competindo-lhe exercer as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à gestão corrente dos negócios e atividades sociais.

Artigo 13º. A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 4 (quatro) membros, residentes e domiciliados no Brasil, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sem limite de mandatos. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até a posse de seus substitutos.



JUL 20 05 22

Artigo 14º. A Diretoria deverá se reunir, ordinariamente, uma vez ao ano durante os 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que convocado.

Artigo 15º. Sem prejuízo de outras atribuições e competências previstas em lei, a Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, bem como a transigir e consentir em nome da Companhia, exceto com relação aos assuntos cuja deliberação incumbe à Assembleia Geral, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes.

Parágrafo 1º. Compete à Diretoria:

- (i) A administração, orientação e direção dos negócios sociais, inclusive a compra, venda, troca ou a alienação por qualquer outra forma, de bens moveis da Companhia, determinando os respectivos termos, preços e condições;
- (ii) A assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importem em responsabilidade ou obrigação da Companhia, inclusive escrituras, títulos de dívida, cambiais, cheques, ordens de pagamentos e outros,
- (iii) A aprovação e/ou recomendação, conforme o caso, da distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio intermediários ou intercalares, pela Companhia ou por suas subsidiárias e/ou controladas, observada a política de distribuição de dividendos prevista neste Estatuto Social;
- (iv) A escolha da empresa de auditores independentes responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia;
- (v) A solicitação de talões de cheques e extratos de contas bancárias, assinar cheques e movimentar as contas bancárias da Companhia, para atender aos compromissos da mesma, bem como para realizar operações financeiras de interesse da Companhia; e,
- (vi) A prática e todas as demais atribuições necessárias à ampla, geral e completa gerencia e administração, tendo em vista que a enumeração supra não é exaustiva.

Parágrafo 2º. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de quaisquer dos acionistas, Diretores, procuradores ou funcionários que envolvam em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social.



JUL 27
20 05 22

da Companhia.

Parágrafo 3º. Os poderes para comprar, vender, hipotecar ou, por qualquer outro modo, alienar ou gravar os bens imóveis da Companhia, deverão sempre ser exercidos pelos acionistas representando a maioria do capital social, por si ou através de procuradores constituídos especialmente para esta finalidade.

Artigo 16º. Como órgão executivo e de representação da Companhia, caberá à Diretoria a representação da Companhia, em juízo ou fora dele, perante terceiros, bem como perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais e autoridades, para dar efeito a quaisquer tipos de negócios, incluindo a assinatura de contratos e acordos. A competência para representação da Companhia será sempre exercida mediante a assinatura de (i) 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto; (ii) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador devidamente constituído na forma do Parágrafo 1º abaixo, ou (iii) 2 (dois) procuradores devidamente constituídos na forma do Parágrafo 1º abaixo, agindo em conjunto.

Parágrafo 1º. As procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas por 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto. Os mandatos concedidos por meio das procurações deverão especificar os poderes outorgados e ter um prazo de validade determinado, que não poderá exceder 1 (um) ano, salvo aquelas para fins judiciais (*ad judicium*) ou para representação em processos administrativos.

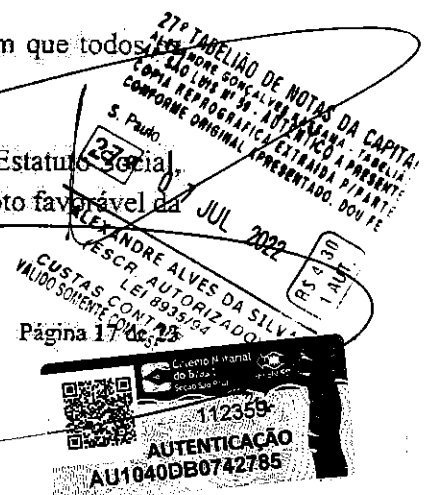
Parágrafo 2º. Na hipótese de a outorga de poderes de representação ter por objeto a prática de atos que dependam de autorização da Assembleia Geral, a efetiva prática dos atos ficará expressamente condicionada à obtenção da pertinente autorização.

Artigo 17º. A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se, sempre que necessário, a critério de qualquer Diretor.

Parágrafo 1º. As reuniões da Diretoria serão convocadas por meio de carta registrada, e-mail ou carta entregue em mãos aos Diretores com 5 (cinco) dias de antecedência, instalando-se com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria, sendo as deliberações tomadas pela unanimidade dos presentes.

Parágrafo 2º. Fica dispensada de convocação a reunião da Diretoria em que todos os membros estejam presentes.

Artigo 18º. Exceto se maior quórum for estabelecido em lei ou neste Estatuto, as deliberações tomadas em reuniões da Diretoria serão aprovadas pelo voto favorável da



JUL 27
20 05 22

maioria dos membros da Diretoria presentes à reunião, cabendo 1 (um) voto a cada um dos membros da Diretoria.

Artigo 19º. Os membros da Diretoria não possuem poderes para comprar, vender, hipotecar ou, por qualquer outro modo, alienar ou gravar os bens imóveis da Companhia, salvo prévia autorização dos acionistas, representando a maioria do capital social, por si ou através de procuradores constituídos especialmente para esta finalidade.

Artigo 20º. A Companhia e suas subsidiárias e controladas poderão estabelecer comitês estatutários e outros órgãos sociais semelhantes, inclusive para assessoramento da administração de tais sociedades. A constituição, instalação e dissolução de comitês estatutários e outros órgãos sociais semelhantes competirá à Diretoria, que ficará responsável também por indicar e destituir seus membros e estabelecer os respectivos regimentos internos de funcionamento, observado o disposto na legislação vigente, se e conforme aplicável.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

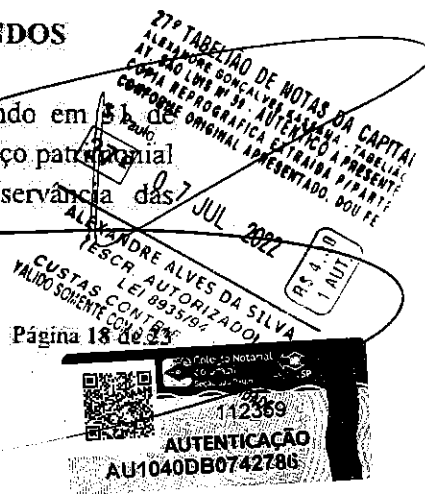
Artigo 21º. O Conselho Fiscal é um órgão não permanente, instalado a qualquer momento, quando solicitado pelos acionistas nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal terá os poderes e as funções que lhe confere a Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 1º. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elegeu.

Parágrafo 2º. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos cargos mediante termo de posse, lavrado no livro próprio, prestando as informações exigidas por lei, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS, LUCROS E DIVIDENDOS

Artigo 22º. O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício, será levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras pela Diretoria, com observância das prescrições legais.



JUL 27
20 05 22

distribuído como dividendo adicional, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º, da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 24º. Os dividendos serão pagos no prazo previsto na legislação aplicável, e somente estarão sujeitos a qualquer atualização monetária ou remuneração correspondente se assim for expressamente determinado pela Assembleia Geral de acionistas que aprovar sua distribuição.

Parágrafo Único. Os dividendos não reclamados no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas, reverterão em proveito da Companhia.

Artigo 25º. Observadas as disposições previstas na legislação aplicável, bem como aquelas contidas no presente Estatuto Social, todo e qualquer pagamento realizado pela Companhia aos seus respectivos acionistas, a título de juros sobre capital próprio, líquido dos tributos de fonte incidentes (imposto de renda retido na fonte), será devidamente descontado dos valores devidos pela Companhia aos seus respectivos acionistas a título de pagamento de dividendos, sendo tais valores imputados aos dividendos declarados e pagos pela Companhia (inclusive ao dividendo mínimo obrigatório, nos termos no artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995).

CAPÍTULO VII DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo 26º. A Companhia se dissolverá nos casos previstos na lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma de liquidação, nomeará o liquidante e instalará o Conselho Fiscal para todo o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando os honorários correspondentes, de acordo com o estabelecido nos termos dos artigos 208 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Único. O critério para a apuração de haveres será o valor contábil líquido da Companhia, assim entendido como (i) o valor total dos ativos da Companhia refletido nas últimas demonstrações financeiras semestrais consolidadas e auditadas da Companhia, elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos e adotados no Brasil, baseados na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("Balanço Base"), menos (ii) o valor total dos passivos da Companhia refletidos no Balanço Base. Para fins de apuração de haveres, o valor contábil líquido apurado nos termos aqui previstos deverá ser monetariamente atualizado pela variação positiva do CDI - Taxa Média dos Depósitos Interbancários (extra-grupo), de prazo igual a 1 (um) dia útil, a ser calculada *pro-rata temporis*, considerando-se



JUL 30 05 22

tanto, um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (CDI), a ser apurada *pro rata die* a partir da data base do Balanço Base (i.e. 30 de junho ou 31 de dezembro de cada ano civil, conforme aplicável), inclusive, até a data de pagamento do valor ou montante em questão (exclusive).

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 27º. Em caso de qualquer controvérsia, litígio, questão, dúvida ou divergência, de qualquer natureza, relacionado direta ou indiretamente a este Estatuto Social ("**Conflito**"), envolvendo qualquer um dos acionistas, administradores ou a própria Companhia ("**Partes Envolvidas**"), as Partes Envolvidas envidarão seus melhores esforços para resolver o Conflito de forma amigável. Não sendo possível, contudo, chegar a uma solução amigável, os Conflitos serão dirimidos, em caráter definitivo, por meio de arbitragem institucional perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) ("**Câmara**"), a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem em vigor à época de apresentação do requerimento para a sua instauração ("**Regulamento**"), exceto no que este for modificado pelas disposições a seguir ou vier a ser alterado por acordo entre os acionistas, administradores e e/ou a Companhia, conforme aplicável.

Parágrafo 1º. A arbitragem terá lugar na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e o idioma usado nos procedimentos será o português. Os árbitros não tomarão decisões ou emitirão julgamento com base em regras de equidade.

Parágrafo 2º. Observados os demais termos previstos neste Artigo 27º, nos Conflitos em que a soma das pretensões deduzidas tiver valor igual ou inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), tal qual estimado no requerimento de instituição da arbitragem e na respectiva resposta, convencionou-se a sua solução por árbitro único, a ser indicado nos termos do Regulamento.

Parágrafo 3º. Observados os demais termos previstos neste Artigo 27º, nos Conflitos em que a soma das pretensões deduzidas tiver valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), tal qual estimado no requerimento de instituição da arbitragem e na respectiva resposta, convencionou-se a sua solução por tribunal arbitral, composto e conduzido por (três) árbitros ("**Tribunal Arbitral**"), a serem nomeados e substituídos na forma prevista neste Artigo e no Regulamento. Nestes casos, um árbitro deverá ser indicado pelo requerente, ou requerentes, conjuntamente; e outro pelo requerido, ou requeridos, conjuntamente. Dentro de 15 (quinze) dias após a confirmação de seus nomes pela Câmara, os 2 (dois) árbitros indicados pelas partes deverão nomear, conjuntamente, o



JUL 27
20 05 22

terceiro árbitro, que será o presidente do Tribunal Arbitral. Caso os 2 (dois) árbitros nomeados não cheguem a um acordo sobre a nomeação do terceiro árbitro, referido árbitro será nomeado conforme o disposto no Regulamento.

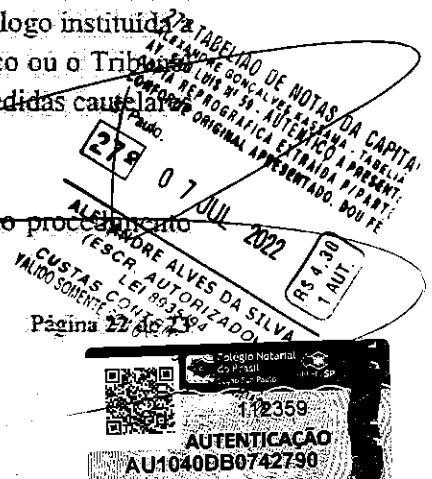
Parágrafo 4º. A sentença arbitral será proferida e formalizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e conterá os requisitos previstos na Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada ("Lei de Arbitragem") e no Regulamento. A sentença arbitral será final, irrecorrível - ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos do artigo 30 da Lei de Arbitragem - e resolverá definitivamente o Conflito entre Partes Envolvidas e, tal como quaisquer ordens ou medidas determinadas pelo árbitro único ou pelo Tribunal Arbitral, vinculará todas as Partes Envolvidas no procedimento arbitral.

Parágrafo 5º. Todos os custos e despesas próprios do processo arbitral, no que se incluem taxas, honorários dos árbitros e eventuais honorários periciais, serão divididos e pagos equitativamente pelas Partes Envolvidas. A sentença arbitral deverá, ao final, atribuir à parte sucumbente, na proporção da sua sucumbência, a responsabilidade por esses custos e despesas, para fins de reembolso. Não serão objeto de reembolso honorários contratuais de advogado e de eventuais assistentes técnicos ou pareceristas nem custos e despesas de outra natureza, tais como fotocópias, impressões, traduções e/ou deslocamentos.

Parágrafo 6º. Sem prejuízo da presente cláusula arbitral, fica eleito o Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar a julgar quaisquer demandas relativas (i) à instituição da arbitragem (artigo 7º da Lei de Arbitragem); (ii) à concessão de medidas de urgência (cautelares ou antecipatórias) anteriormente à instituição da arbitragem; (iii) ao cumprimento da sentença arbitral, assegurada, todavia, a prerrogativa de escolha do exequente, nos termos do artigo 516, parágrafo único, do Código de Processo Civil; (iv) à anulação da sentença arbitral (artigo 32 da Lei de Arbitragem); (v) à execução de título extrajudicial, assegurada, todavia, a prerrogativa de escolha do exequente, nos termos do artigo 781 do Código de Processo Civil; e (vi) a conflitos que por força da legislação do Brasil não puderem ser submetidos à arbitragem.

Parágrafo 7º. A concessão de qualquer medida de urgência deverá ser imediatamente informada pela(s) parte(s) requerente(s) da medida à Câmara e poderá ser confirmada, modificada ou suspensa pelo árbitro único ou pelo Tribunal Arbitral tão logo instituída a arbitragem. Uma vez devidamente instituída a arbitragem, o árbitro único ou o Tribunal Arbitral deterá competência exclusiva para a decretação de quaisquer medidas cautelares ou de urgência.

Parágrafo 8º. A arbitragem será confidencial e as partes envolvidas no procedimento

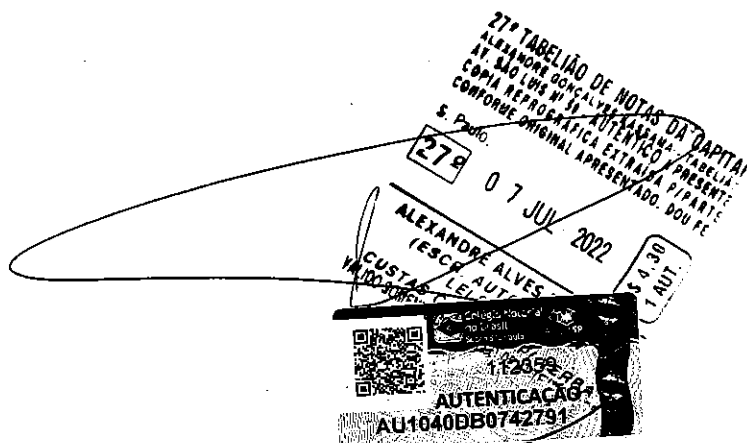


JUL 27
20 05 22

arbitral não deverão revelar a nenhum terceiro qualquer informação ou documentação apresentada no processo arbitral que não seja de domínio público, qualquer prova ou material produzido no processo arbitral ou qualquer ordem ou sentença emitida na arbitragem, exceto, e apenas na medida em que tal revelação: (i) decorra de força de Lei; (ii) vise a proteger um direito; (iii) seja necessária para a tomada de alguma medida judicial; e/ou (iv) seja necessária para a obtenção de aconselhamento legal, regulatório, financeiro, contábil ou similares. Todas e quaisquer controvérsias relativas à confidencialidade objeto desta cláusula deverá ser decididas pelo árbitro único ou pelo Tribunal Arbitral.

Advogado responsável:

DocuSigned by:
André Bertella
0062332633468
André de Cezare Bertella
OAB/SP: 378.551



DocuSign
30 05 22

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 5CC8EA95CAC54C38820E637A2972F437

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: Green4T Soluções - 21a ACS (Transformação + Obj. Social) (CB 26.04.2022).docx

Envelope fonte:

Documentar páginas: 23

Assinaturas: 8

Certificar páginas: 6

Rubrica: 0

Assinatura guiada: Ativado

Selo com EnvelopeID (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:

Thais Nascimento

R FUNCHAL, 418 - ANDAR 11 VILA OLIMPIA

SP, SP 04551-060

Thais.Nascimento@cesconbarrieu.com.br

Endereço IP: 177.69.19.229

Rastreamento de registros

Status: Original

27/04/2022 17:05:35

Portador: Thais Nascimento

Thais.Nascimento@cesconbarrieu.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário

André Bertella

Andre.Bertella@cesconbarrieu.com.br

Cescon Barrieu Advogados

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:

André Bertella

0706C22323530A23

Registro de hora e data

Enviado: 28/04/2022 09:54:17

Visualizado: 28/04/2022 11:31:30

Assinado: 28/04/2022 11:31:57

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Assinado pelo link enviado para

Andre.Bertella@cesconbarrieu.com.br

Usando endereço IP: 189.112.204.136

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Antônio Donizete Lopes Bob

antonio.bob@green4t.com

VP executivo

GREEN4T

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

Antônio Donizete Lopes Bob

3F62A85C7935A67

Enviado: 28/04/2022 09:54:18

Visualizado: 28/04/2022 12:31:10

Assinado: 28/04/2022 12:31:30

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Assinado pelo link enviado para

antonio.bob@green4t.com

Usando endereço IP: 172.225.82.148

Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 28/04/2022 12:31:10

ID: 5cae7b23-2de9-4cc7-9fdf-a5dafbede31c

Eduardo Casasanta Marini

eduardo.marini@green4t.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

Eduardo Casasanta Marini

DE5E187E5984C3E

Enviado: 28/04/2022 09:54:17

Visualizado: 28/04/2022 18:24:07

Assinado: 28/04/2022 18:24:20

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Assinado pelo link enviado para

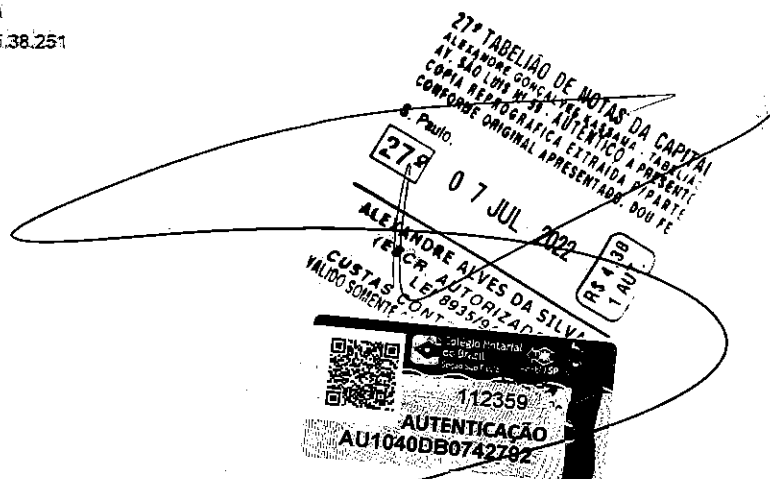
eduardo.marini@green4t.com

Usando endereço IP: 213.215.38.251

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 28/01/2021 12:20:34

ID: 6db251b5-c8d7-4aaa-8a1e-88302eb23cc2



Assessment

Declassified by:
Marcus Jose Martin

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Assinado pelo link enviado para
marcio.martin@green41.com
Usando endereço IP: 185.44.232.114

Enviado: 28/04/2022 09:54:19
Visualizado: 28/04/2022 10:48:07
Assinado: 28/04/2022 10:51:56

Date Signed by:
 Kazuo Takashi Fujimoto
 (EAL 1007-00000)

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Assinado pelo link enviado para
rogerio.fujimoto@green4t.com
Usando endereço IP: 191.254.155.74

Enviado: 28/04/2022 09:54:18
Visualizado: 28/04/2022 09:59:18
Assinado: 28/04/2022 09:59:27

Desigined by: Vagner Benedito Soares da Silva

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Assinado pelo link enviado para
vaner.silva@green4i.com
Usando endereço IP: 191.196.55.167

Enviado: 28/04/2022 09:54:18
Visualizado: 28/04/2022 13:38:07
Assinado: 28/04/2022 13:38:14

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor

Status

Registro de hora e data

Evento de entrega do agente

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários

Status

Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados

Status

Registro de hora e data

Eventos de cópia

Status

Registro de hora e data

Eventos com testemunhas

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos do tabellão

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope

Status

Envelope enviado
Entrega certificada
Assinatura concluída

Com hash/criptografado
Segurança verificada
Segurança verificada

Carimbo de data/hora:

28/04/2022 09:54:19
28/04/2022 13:38:07
28/04/2022 13:38:14

ANDRE
(ESC)

VALIDO SIN

CONTINENTE COM

Figure 1

100



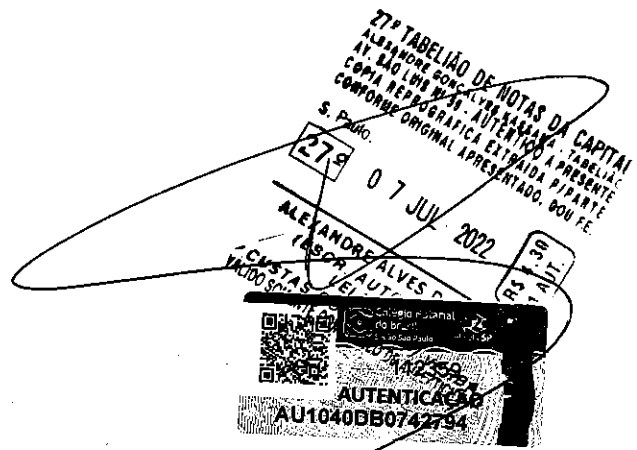
AU

Age Group	Percentage of Respondents
18-29	65
30-49	75
50-69	80
70-89	85
90+	88

Eventos de resumo do envelope		Status	Eventos de pagamento		Termos de Assinatura e Registro Eletrônico	
Concluído		Status	Status		Termos de Assinatura e Registro Eletrônico	
28/04/2022 18:24:20			Carimbo de data/hora		Carimbo de data/hora	

200349

03 03 03



JUL 30 05 22

(Anexo I do Instrumento Particular da 21ª Alteração Contratual da Green4T Soluções TI Ltda., celebrado em 31 de março de 2022)

TERMO DE POSSE

Pelo presente instrumento, eu, **Antônio Donizete Lopes Bob**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nº 001149545872 Detran-SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 085.329.288-46, residente na cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na mesma cidade e Estado, na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 24º andar, Cj. 241 (Parte), Sala 08, Cidade Monções, CEP 04576-010, eleito para ocupar o cargo de Diretor sem designação específica da **GREEN4T SOLUÇÕES TI S.A.** (em transformação), sociedade anônima de capital fechado devidamente constituída de acordo com as leis do Brasil, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.698.620/0001-34, com sede na Avenida Paulista, nº 37, Sala 434, Paraíso, CEP 01311-902, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"), por meio do Instrumento Particular de 21ª Alteração Contratual da Companhia, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a Lei e o Estatuto Social, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento ou condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que me impeça de ser eleito e exercer, ainda que temporariamente, a atividade mercantil que vede o acesso a cargos públicos, estando ciente do disposto no artigo 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

Declaro atender aos requisitos de reputação ilibada, estabelecidos no §3º do art. 147 da Lei das S.A. e não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A.

São Paulo, 31 de março de 2022

DocuSigned by:
ANTÔNIO DONIZETE LOPES BOB

ANTÔNIO DONIZETE LOPES BOB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
ANTONIO DONIZETE LOPES BOB

DOL. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
17735976 SSP/SP

CPF
085.329.288-46

DATA NASCIMENTO
25/07/1956

FILIAÇÃO
JOAO BOBO
CLARICE LOPES BOBO

PERMISSÃO
B
AC
B
CAT. INF
2

Nº REGISTRO
01149525872

VALIDADE
11/11/2021

EMISSÃO
06/01/1996

DESCRIÇÃO

LOCAL
SAO PAULO, SP

DATA EMISSÃO
11/11/2016

08411294858
SP834151050

Nome Assessoria Oficial: Rua...
Assessoria Oficial

DIETEM SP (SAO PAULO)

VALIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
1342107517

PRÓXIMO PLASTIFICAR
1342107517

77º TABELÃO DE NOTAS DA CAPTAN
ALEXANDRE ALVES DA SILVA
11/11/2016
CÓPIA FOTOGRAFICA EXTRAÍDA DO TABELÃO
FONTE ORIGINAL APRESENTADO DO TABELÃO

27
07 JUL 2022
ALEXANDRE ALVES DA SILVA
(ESCRITÓRIO AUTORIZADO)
CUSTAS CONTRIBUIÇÃO
VALIDO SOMENTE COM O SELLO

12359
AUTENTICAÇÃO
AU1040DB0742796

JUL 30 05 22

TERMO DE POSSE

Pelo presente instrumento, eu, **Rogerio Takashi Fujimoto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 25.622.574-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº. 213.026.138-80, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na mesma cidade e Estado, na Avenida Paulista, nº 37, Sala 434, Bela Vista CEP 01311-902, eleito para ocupar o cargo de Diretor sem designação específica da **GREEN4T SOLUÇÕES TI S.A.** (em transformação), sociedade anônima de capital fechado devidamente constituída de acordo com as leis do Brasil, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.698.620/0001-34, com sede na Avenida Paulista, nº 37, Sala 434, Paraíso, CEP 01311-902, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"), por meio do Instrumento Particular de 21ª Alteração Contratual da Companhia, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a Lei e o Estatuto Social, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento ou condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que me impeça de ser eleito e exercer, ainda que temporariamente, a atividade mercantil que vede o acesso a cargos públicos, estando ciente do disposto no artigo 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

Declaro atender aos requisitos de reputação ilibada, estabelecidos no §3º do art. 147 da Lei das S.A. e não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei das S.A.

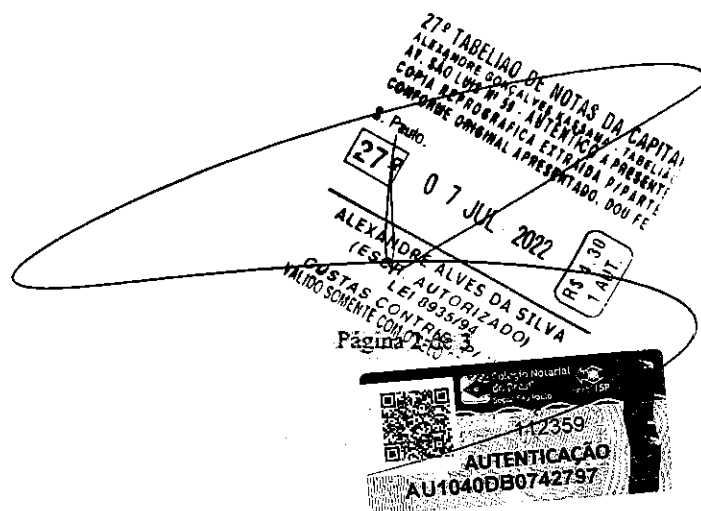
São Paulo, 31 de março de 2022.

DocuSigned by:

Rogerio Takashi Fujimoto

FASA10B0E3B4F3

ROGERIO TAKASHI FUJIMOTO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
 ROGERIO TAKASEI FUJIMOTO

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF
 25622574 SSP/SP

CPF
 253.026.138-80

DATA NASCIMENTO
 21/03/1977

RELAÇÃO
 SEIZE FUJIMOTO

YOKO NOOA FUJIMOTO

PERMISSÃO **ACC** **CAT. HAB.**
 [] [] []

1ª REGISTRO **VALIDADE** **2ª HABILITACAO**
 01197946873 27/12/2023 20/07/1995

OBSERVAÇÕES
 A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL **DATA EMISSAO**
 SAO PAULO, SP 28/12/2016

43588587087
SP819209746

DETRAN-SP (SAO PAULO)

VALIDA EM TUDO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1345697129

PROIBIDO PLASTIFICAR
1345697129

77º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
 ALVARO ROCHA SILVA - TABELÃO
 Nº 110 LVA Nº 50 - AUTENTICAÇÃO EXTRAÍDA E PRESENTE
 Cópia fotográfica extraída e presente
 conforme original apresentado, por TE.
 S. Paulo,
 07 JUL 2022

ANDRE ALVES DA SILVA
 Nº 8838794
 CUSTAS CONTRIB. PI VERB
 VALOR R\$ 1,00

Colégio - Planal
do Brasil
112359
AUTENTICACAO
AU1040DB0742798

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO
ARQUIVO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

MARCIO JOSÉ MARTIN

RG: 26841218-807/SP

CV: 180.275.368-04 DATA NASCIMENTO: 11/04/1977

ENDEREÇO: DORIVAL MARTIN
VERA MARIA PERQUILLO
MARTIN

PROFISSÃO: [] SEXO: [] CRI. NAT: []

CPF: 01243874348 DATA DE EMISSÃO: 04/03/2020 DATA DE VALIDADE: 23/05/1995

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 2085843770

PROVIDA PLASTICA 2085843770

SÃO PAULO, SP 04/03/2020

SÃO PAULO

27º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL
ALEXANDRE GONCALVES DE ASSIS - TABELÃO
AT SÃO LUIS Nº 55 - AUTENTICO A PRESENTE
COPIA REPROGRAFICA EXTRAIDA P/PIRAT
CONFORME ORIGINAL APRESENTADO, DOU FE
S. Paulo.

07 JUL 2022

ALEXANDRE ALVES DA SILVA
TSCR. AUTORIZADO
LEI Nº 33/94
PRESENTE COM O SELO DE AUTENTICAÇÃO

112359
AUTENTICAÇÃO
AU1040DB0742800

30 05 22

DocuSign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 90A75FE30DCA4BF181AF1A3F3E97279F
Assunto: DocuSign: 21a ACS - Anexo I - Termos de posse (CB 26.04.2022)
Envelope fonte:
Documentar páginas: 3
Certificar páginas: 5
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
Thais Nascimento
R FUNCHAL, 418 - ANDAR 11 VILA OLIMPIA
SP, SP 04551-060
Thais.Nascimento@cesconbarrieu.com.br
Endereço IP: 179.191.100.145

Rastreamento de registros

Status: Original
27/04/2022 13:17:22
Portador: Thais Nascimento
Thais.Nascimento@cesconbarrieu.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Antônio Donizete Lopes Bob
antonio.bob@green4t.com
VP executivo
GREEN4T
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:

1FE3A8C7635402

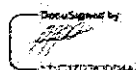
Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
Assinado pelo link enviado para
antonio.bob@green4t.com
Usando endereço IP: 172.225.82.160
Assinado com o uso do celular

Registro de hora e data

Enviado: 28/04/2022 09:48:22
Visualizado: 28/04/2022 12:32:17
Assinado: 28/04/2022 12:32:26

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 28/04/2022 12:32:17
ID: ecf9ddda-0b9c-4361-a1f1-a4b56342b68e

Márcio José Martin
marcio.martin@green4t.com
Vice Presidente-Comercial
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)

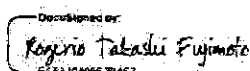
DocuSigned by:

1FE3A8C7635402

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura
carregada
Assinado pelo link enviado para
marcio.martin@green4t.com
Usando endereço IP: 185.44.232.114

Enviado: 28/04/2022 09:48:23
Visualizado: 28/04/2022 10:57:47
Assinado: 28/04/2022 10:58:39

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 28/04/2022 10:57:47
ID: 4f8571e7-b59e-4ce1-88d7-b6a1ba3c8290

Rogério Takashi Fujimoto
rogerio.fujimoto@green4t.com
Vice Presidente - Operações
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)

DocuSigned by:

1FE3A8C7635402

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Assinado pelo link enviado para
rogerio.fujimoto@green4t.com
Usando endereço IP: 191.254.155.74

Enviado: 28/04/2022 09:48:23
Visualizado: 28/04/2022 09:58:53
Assinado: 28/04/2022 09:59:00

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 28/04/2022 09:58:53
ID: ba5b794d-953f-4ee8-bc3e-c6c302612152

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data



DOCUSP
2022

Eventos de entrega do editor Status Registro de hora e data

Evento de entrega do agente Status Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários Status Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados Status Registro de hora e data

Eventos de cópia Status Registro de hora e data

André Bertella

Andre.Bertella@cesconbarneu.com.br

Cescon Barneu Advogados

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Copiado

Enviado: 28/04/2022 09:48:23

Visualizado: 28/04/2022 11:05:05

Eventos com testemunhas Assinatura Registro de hora e data

Eventos do tabelião Assinatura Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope Status Carimbo de data/hora

Envelope enviado

Com hash/criptografado

28/04/2022 09:48:24

Entrega certificada

Segurança verificada

28/04/2022 09:58:53

Assinatura concluída

Segurança verificada

28/04/2022 09:59:00

Concluído

Segurança verificada

28/04/2022 12:32:26

Eventos de pagamento Status Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico





ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
GREEN4T SOLUÇÕES TI S.A.
CNPJ/ME nº 03.698.620/0001-34
NIRE 3530059325-1

- 1. DATA, LOCAL E HORÁRIO:** Realizada aos 12 (doze) de julho de 2022, às 11:00 horas, na sede social da Green4T Soluções TI S.A., na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 37, Sala 434, Bela Vista, CEP 01311-902 ("Companhia").
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do art. 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista o comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social.
- 3. MESA:** Rogério Takashi Fujimoto - Presidente; e Marcio José Martin - Secretário.
- 4. ORDEM DO DIA:** (i) alteração do endereço da filial de Diadema; e (ii) em se aprovando o item anterior, alterar o Artigo 2º do estatuto social da Companhia.
- 5. DELIBERAÇÕES:** Os acionistas presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia, por unanimidade e sem ressalvas, decidem (i) alterar o endereço da filial localizada na cidade de Diadema, Estado de São Paulo, na Av. Fabio Eduardo Ramos Esquível, nº 2.100, Galpão C, Canhema, CEP 09941-202, inscrita no CNPJ/ME nº 03.698.620/0002-15 e NIRE 35905888374 para mesma cidade e Estado, na Av. Piraporinha, nº 464, sobrelojas 1 e 2, Vila Nogueira, CEP 09950-000; e (ii) tendo em vista a aprovação do item (i) acima, alterar o Artigo 2º do estatuto social da companhia que passa a vigor com a seguinte nova redação:

"ARTIGO 2º - A Companhia tem sua sede social e foro legal na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 37, Sala 434, Paraíso, CEP 01311-902, e filiais:

- Na Av. Piraporinha, nº 464, sobrelojas 1 e 2, Vila Nogueira, CEP 09950-000, cidade de Diadema, Estado de São Paulo – CNPJ/ME nº 03.698.620/0002-15 e NIRE 35905888374;
- Na SHCS Setor de Habitações Coletivas Sul, CR Comércio Residencial, Quadra 515, Bloco C, Loja 39, Asa Sul, Cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP 70381-530 – CNPJ/ME nº 03.698.620/0003-04;

Página 1 de 2



- (iii) Na Avenida Almirante Baltazar, nº 333, Loja A, São Cristóvão, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20941-150 – CNPJ/ME nº 03.698.620/0004-87 e NIRE 33901578247; e
- (iv) Na Avenida Gupê, nº 10.767, Galpão 3, Jardim Belval, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06422-120 – CNPJ/ME nº 03.698.620/0005-68 e NIRE 35906281538."

6. **LAVRATURA E LEITURA DA ATA:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, ninguém se manifestando, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão foi a ata lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes.

Mesa:

Rogério Takashi Fujimoto
Presidente

Marcio José Martin
Secretário



Página 2 de 2

Este documento foi assinado eletronicamente por Rogério Takashi Fujimoto e Marcio José Martin. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 2BE2-0382-0F76-E594.



Este documento foi assinado eletronicamente por Rogério Takashi Fujimoto e Marcio José Martin. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 2BE2-0382-0F76-E594.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2BE2-03B2-0F76-E254> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2BE2-03B2-0F76-E254



Hash do Documento

CF27B662EE0476ACD77D994EC75F5041BEE5705B0C37072A6342AF3C60440BB5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/07/2022 é(são) :

☒ Rogério Takashi Fujimoto (Signatário) - 213.026.138-80 em 24/07/2022 18:12 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: rogerio.fujimoto@green4t.com

Evidências

Client Timestamp Sun Jul 24 2022 18:12:27 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -29.990089 Longitude: -51.177074 Accuracy: 13

IP 45.231.147.14

Assinatura:



Hash Evidências:

D30C6A0F4EC9D64A8D4816D590CEEFD0A136BA1D3B5F3373C3389DAAC2F12FCB

☒ Marcio José Martin Márcio (Signatário) - 180.275.368-04 em 22/07/2022 17:50 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: marcio.martin@green4t.com

Evidências



Client Timestamp Fri Jul 22 2022 17:50:20 CMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -23.6081414 Longitude: -46.716781 Accuracy: 15.603

IP 177.140.239.78

Assinatura:



Hash Evidências:

D4E05377ECF00850F6FEF621633FB4C07C85E5760FFE26CE4677C34CDBA09192

